



Observatório da Oposição

17 DE JUNHO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 54



**Em vitória da Oposição, Senado
rejeita MP do “Fim do Mundo” no
momento em que a sociedade sinaliza
um 'basta' a novos impostos**



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

POLÍTICA

3

AGRO

4

MEIO AMBIENTE

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



Em vitória da Oposição, Senado rejeita MP 1227 no momento em que a sociedade sinaliza um 'basta' a novos impostos

Medida Provisória limitava a compensação de créditos tributários, o que poderia afetar os custos das empresas e prejudicar a competitividade no país; tentativa de aumentar arrecadação expõe falta de coragem de Haddad para enfrentar a irresponsável gastança de Lula

- A devolução da MP 1.227/24, defendida pela oposição, marcou mais um capítulo dos sinais trocados das falas da equipe econômica do atual governo.
- Lembramos que antes da devolução da MP 1.227/24, o ministro chegou a afirmar que ninguém havia entendido a medida.



- O arcabouço fiscal envelheceu rápido, assim como o governo Lula. O aumento desproporcional da base de despesas, a mudança da meta fiscal, a resistência em controlar gastos e as maquiagens contábeis nas contas públicas fizeram com que o arcabouço se tornasse ainda menos crível.
- Isso porque o governo tenta fugir até mesmo das regras que ele mesmo colocou. Como já mostrado em outros relatórios da oposição, o contingenciamento deveria estar sendo promovido neste momento.
- O governo escapou do contingenciamento pelos seguintes mecanismos: 1) abrir um crédito extraordinário por meio de um jabuti em um projeto de lei, 2) retirar despesas do arcabouço; 3) maquiar a projeção de despesas com previdência em mais de [R\\$ 12 bilhões](#), como já havia sido [apontado em relatórios anteriores](#).
- Nem mesmo aliados do governo lutam pela tão prometida meta zero. Quadros históricos do PT mantêm o discurso de que essa meta deveria ser relaxada.
- Enquanto isso, o governo não parece se entender em outras medidas da área econômica. Isso ficou claro no abandono da base governista na edição da MP 1.227/24.
- Isso também ficou claro na resistência da Fazenda em entrar na discussão sobre a revisão de gastos, agenda tocada pelo Ministério do Planejamento. A realidade, no entanto, é que os principais projetos de revisão de gastos estão na Previdência, na Educação e na Saúde.
- Na Previdência, a ministra do Planejamento defendeu [a desvinculação das aposentadorias ao salário mínimo](#). Quadros do PT reclamaram, e agora se fala em mudanças na vinculação de benefícios como o BPC, Auxílio-Doença e abono salarial.
- Outra frente da revisão de gastos é a desvinculação da Saúde e da Educação da receita corrente líquida, uma política retomada e defendida pelo próprio governo Lula. Agora, a equipe da Fazenda estuda [colocar um teto de 2,5% nessas áreas](#). Em outras falas, a equipe sugeriu apenas uma mudança de regra geral, sem seguir a lógica do arcabouço, quando a ministra do Planejamento afirmou que [“Ninguém está dizendo que vai limitar a 2,5% \[as despesas de saúde e educação\]”](#).

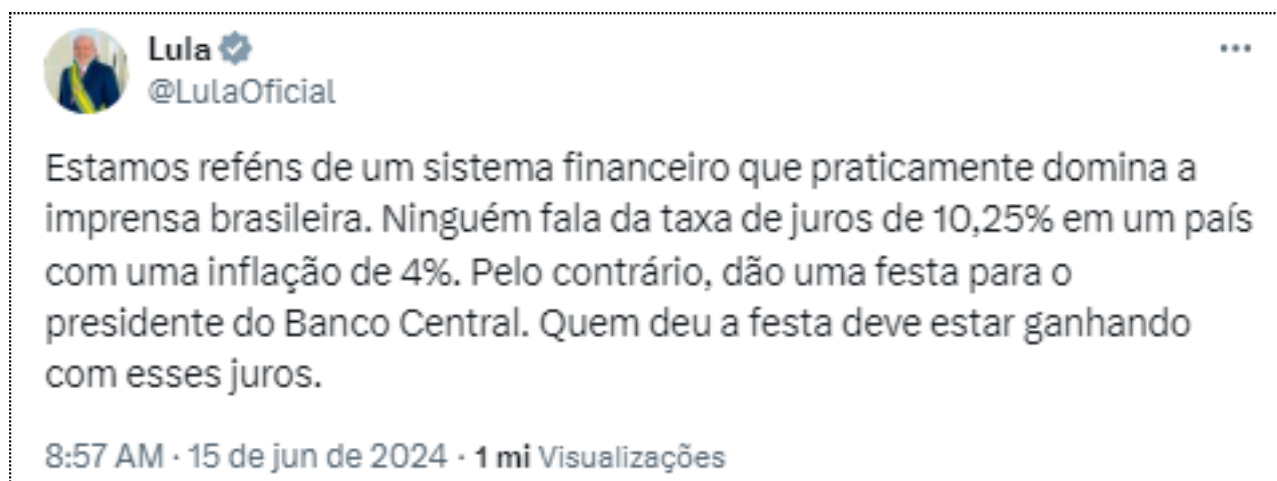
- [A proposta foi criticada](#) por quadros do PT, como a presidente da sigla, Gleisi Hoffman. No fim, existem quadros defendendo a manutenção do sistema atual, mudança para lógica do arcabouço e mudança de regras sem seguir a lógica do arcabouço.



“Toda hora há uma informação ou uma declaração que não encontra ressonância nem sequer na própria equipe. O que a Simone Tebet fala não é o que o ministro Haddad fala, e não é o que o chefe da Casa Civil fala. Então, a gente sente que é um governo perdido, desarticulado e sem uma centralidade de ações. O que eles pretendem ou planejam fazer, necessariamente, é aumentar a arrecadação para fazer frente a uma agenda populista [...]. Uma agenda que não tem ressonância nem com a realidade nem com o sentimento da população.”

Senador Rogério Marinho (PL-RN), [em entrevista à CNN em 15/06/2024](#).

- Nem mesmo o presidente coloca seu foco na redução de despesas. Em fala recente, o presidente afirmou que: “O aumento da arrecadação e a queda da taxa de juros permitirão a redução do déficit sem comprometer a capacidade de investimento público”. Isso mostra que o governo se mantém empenhado na agenda arrecadatória e pretende intervir na política monetária.
- Outro ponto grave é o constante ataque do presidente ao Banco Central. A pressão pelo corte de juros indica uma guinada da instituição monetária no próximo ano. Na rede social X, o presidente atacou a imprensa e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto:



- Essa bateção de cabeça mostra a desorganização do governo com as contas públicas, que leva à descrença no Arcabouço Fiscal e à instabilidade das contas públicas do país.
- Tudo isso se reflete na queda de investimentos no país. O dólar disparou depois das falas contra cortes de gastos do presidente, que não consegue harmonizar ações e discurso da equipe econômica. Notamos que o real teve a 3ª maior queda do mundo, [enquanto a bolsa brasileira foi a de pior desempenho em 2024.](#)

| Resultado de 2024 (em dólar) | |
|------------------------------|---------------|
| S&P 500 | +14,4% |
| Nasdaq | +18,6% |
| Emergentes | +4,9% |
| China | + 8,9% |
| Índia | +12,7% |
| Brasil | -21,8% |

Fonte: Finviz.



Medida Provisória que beneficia os irmãos Batista vai ser paga na conta de luz de todos os brasileiros

MP cria socorro de caixa para a Amazonas Energia cobrindo dívidas da distribuidora com termelétricas recém-compradas pela J&F Investimentos; custo total, que pode chegar a R\$ 2,7 bilhões por ano, sairá do bolso dos consumidores

Síntese

- Em 10/06/2023, a Eletrobras anunciou a venda de 13 termelétricas movidas a gás para a Âmbar Energia S.A., subsidiária da J&F, por R\$ 4,7 bilhões, sendo que R\$ 1,2 bilhão terão o pagamento condicionado ao desempenho efetivo da empresa.
- A Eletrobras fechou acordos adicionais com a Ambar Energia para transferir créditos de aproximadamente R\$ 10 bilhões da distribuidora Amazônia Energia para a Ambar Energia, quando esses créditos forem recuperados, inclusive, em caso de intervenção do governo.



- Em 12/06/2023, o governo publicou MP que transforma a Amazonas Energia em uma parceira de negócios atraente ao transferir os custos de sua operação para os consumidores brasileiros, efetivamente oferecendo um "seguro operacional" para as termelétricas da J&F, em mais um benefício para os irmãos Batista.
- Operadores do mercado de energia estimam que os custos repassados aos consumidores brasileiros podem alcançar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 2,7 bilhões anualmente, somando mais de R\$ 30 bilhões ao longo da vigência dos efeitos da MP.
- Os agrados do governo aos irmãos Batistas se multiplicaram nos últimos meses, como o "jabuti" no [PL 1956/2024](#) para atender a termelétrica Candiota III (Âmbar/J&F) e o [superfaturamento de contratos da Ambar Energia com a Venezuela](#).

Análise

- Em um [fato relevante divulgado ao mercado em 10/06/2023](#), a Eletrobras informou sobre a venda de 13 termelétricas movidas a gás para a Âmbar Energia S.A., subsidiária da J&F dos irmãos Batista.
- Os acordos assinados envolvem a venda do portfólio termoelétrico da Eletrobras por R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão em earn-out, e a transferência imediata do risco de crédito dos contratos de energia dessas usinas para a Âmbar Energia S.A.
- Cabe destacar que um acordo earn-out ocorre quando parte do pagamento pela compra de uma empresa depende do seu desempenho futuro. O comprador paga um valor adicional se metas específicas forem atingidas após a aquisição, um primeiro benefício para a "campeã nacional".
- Ressaltamos que é a segunda transação entre as duas empresas em menos de seis meses, considerando a conclusão da aquisição da termelétrica a carvão Candiota III por R\$ 72 milhões, [em janeiro de 2024](#).
- Vale lembrar que a usina de Candiota é uma das beneficiadas pelo "jabuti" acrescentado pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães, no [PL 1956/2024](#), que reapresenta o texto da Medida Provisória do Apagão Elétrico ([MP 1212/2024](#)), em mais um benefício agraciando a parceira J&F.

- [Conforme divulgado pela Eletrobras](#), as usinas adquiridas pela Âmba geraram uma receita líquida de R\$ 2,4 bilhões e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) de R\$ 1,1 bilhão em 2023.
- A venda das usinas termoelétricas pela Eletrobras à Âmba Energia tem implicações significativas para o balanço da Eletrobras, considerando que [alivia os impactos financeiros da inadimplência da distribuidora Amazona Energia](#), estimados em R\$ 10 bilhões.
- A concessionária já possuía a dívida antes de ser privatizada, mas o atual controlador, Oliveira Energia, tem enfrentado dificuldades para cumprir com os pagamentos. Desde o final de 2022, [a Oliveira Energia têm buscado uma solução para encontrar um novo sócio controlador, iniciativa intermediada pelo banco Pactual](#).
- Com uma carga significativa de dívidas, a concessionária está enfrentando problemas para fornecer serviços aos 62 municípios do Estado e seus mais de 1 milhão de clientes.
- Nesse contexto, a [Eletrobras firmou dois acordos adicionais com a Ambar Energia](#), estabelecendo que, se houver mudança no controle da distribuidora Amazona Energia, a Eletrobras cederá todos os créditos contra ela para a Âmba, estimados aproximadamente em R\$ 7,5 bilhões de reais, ante um desembolso de R\$ 3,5 bilhões da Ambar pelo negócio. Novamente, mais um benefício para salvaguardar os interesses da parceira J&F.

*"Na hipótese de uma operação subsequente envolvendo transferência do controle da distribuidora, contraparte dos contratos de energia dos ativos termoelétricos, a **Eletrobras cederá a totalidade dos créditos contra a distribuidora para a Âmba**".*

[Eletrobras, Fato Relevante](#).

- Com a publicação da [Medida Provisória nº 1.232/2024 em 12 de junho de 2024](#), um novo cenário instigante se delinea. Entre as principais mudanças introduzidas, destaca-se a autorização para a conversão de contratos vigentes entre agentes de distribuição de energia elétrica e usinas termelétricas em Contratos de Energia de Reserva (CER), e a possibilidade de ratear custos regulatórios através de reembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), alterando a [Lei nº 12.111/2009](#).

- Além disso, a medida permite que a transferência do controle acionário de concessionárias de energia seja usada como alternativa à extinção da concessão e, por 120 dias, flexibiliza as regras para a Amazonas Energia registrar perdas e dificuldades econômicas sem sofrer penalidades, modificando a [Lei nº 12.783/2013](#).
- Na prática, as mudanças transformam a Amazonas Energia em uma empresa e parceira de negócios atraente, transferindo os custos de sua operação para os consumidores do Brasil. Em outras palavras, oferecerá uma espécie de "seguro operacional" para as termelétricas da J&F, outro agrado aos irmãos Batista.
- De acordo com [operadores do mercado de energia ouvidos pela Folha de São Paulo](#), os custos a serem repassados para os consumidores do resto do País foram estimados entre R\$ 2 bilhões a R\$ 2,7 bilhões por ano, totalizando um valor final superior a R\$ 30 bilhões no período de efeito da MP.
- Nesse sentido, a decisão de criar benefícios econômicos e financeiros para acelerar a venda da concessionária por meio da medida provisória, dois dias após o acerto entre Âmbar/J&F e a Eletrobras, levanta ainda mais suspeitas de favorecimento sobre esses últimos negócios. Em especial, [quando a própria J&F aparece como uma das potenciais candidatas para aquisição da Amazônia Energia](#).
- Resta saber o que fariam as demais empresas que fizeram ofertas pelas termelétricas da Eletrobras (BTG, Eneva, Fundos estrangeiros), caso soubessem das benesses que seriam generosamente oferecidas pelo governo petista aos futuros parceiros.





‘Gabinete da Ousadia’: governo usa recursos públicos para disseminar notícias falsas e ataques a opositores e jornalistas

Reportagem do Estadão revelou que a Secom usa recursos e assessores para promover ataques à imprensa e a opositores, organizando reuniões diárias para pautar redes sociais e influenciadores governistas

Síntese

- Reportagem do Estadão revela que a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República utiliza seus recursos e pessoal para promover ataques à imprensa e a opositores, organizando reuniões diárias com o "gabinete da ousadia" do PT para pautar redes sociais e influenciadores governistas.



- Essas reuniões, que contam com a participação de assessores da Secom, do PT nacional e das lideranças do partido, visam coordenar narrativas favoráveis ao governo, por vezes, inverídicas, além de atacar adversários políticos e desacreditar reportagens que exponham falhas governamentais.

Análise

- [Reportagem do Estadão](#) revela que a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República atua rotineiramente em conjunto com o denominado "gabinete da ousadia", rede de influenciadores e agências ligadas ao partido.
- O Planalto, através do "gabinete da ousadia" do PT, realiza reuniões diárias para direcionar redes sociais e influenciadores governistas, implementando uma estratégia de "desinformação do bem" – informações falsas ou exageradas que beneficiam o governo. O objetivo é coordenar uma narrativa favorável ao governo, por vezes, atacando opositores e desacreditando reportagens que revelem falhas ou omissões do governo.
- Entre esses influenciadores, há pessoas como [Thiago dos Reis, que se destacou](#) na produção de vídeos que misturam informações falsas e ataques agressivos a opositores do Partido dos Trabalhadores. O youtuber, filiado ao PT, é bem-sucedido na empreitada, acumulando mais de 1 bilhão de visualizações no YouTube desde 2017, com uma receita mensal estimada em US\$ 110 mil.
- Durante a tragédia no Rio Grande do Sul, por exemplo, o "gabinete da ousadia" promoveu ataques ao governador Eduardo Leite e à família Bolsonaro, além da disseminação de notícias inverídicas sobre a atuação do governo.

*"Se fosse um governador do PT veríamos jornalistas da Globo BERRANDO e exigindo sua **PRISÃO IMEDIATA**, com direito a editoriais em todos os jornalões, mas como **é o fascista de estimação da imprensa**, eles tentam normalizar o crime! 155 mortos não foram acidente **e sim ASSASSINATO**, foi MÉTODO do governo do RS nos últimos anos".*

[Thiago dos Reis, na plataforma X.](#)

- A participação da Secom nas reuniões diárias foi confirmada pelo deputado Jilmar Tatto (PT-SP), secretário nacional de comunicação do partido, que revelou que o objetivo é "pautar as redes que o PT alcança".

*“Às 8h da manhã tem um pedacinho do povo do PT, da delegação nacional, junto com o pessoal da Câmara, da liderança do PT, junto com o Senado, **junto com a Secom do governo Lula**. É feita uma chamada reunião de pauta. **O que é uma reunião de pauta? O que vamos abordar hoje**”.*

[Jilmar Tatto, dados de apresentação divulgada pelo Estadão.](#)

- Procurado pelo jornal, o deputado Jilmar Tatto reconheceu a mobilização das principais estruturas de comunicação do partido nas reuniões diárias, mas afirmou que a participação da Secom é ocasional. **Ele também revelou a tentativa de estreitar a relação com influenciadores para que sigam a pauta do governo e do partido**, e exemplificou temas abordados nas reuniões, como a tragédia no Rio Grande do Sul e a aprovação do governo.
- A informação, inclusive, contradiz a declaração enviada pela Secom ao Estadão, na qual nega a participação de influenciadores e a ofensiva contra críticos e a imprensa.

*“O que acontece eventualmente são reuniões de integrantes da Secom com as áreas de comunicação das lideranças do governo na Câmara e no Senado, bem como do PT e dos partidos da base, para informar sobre as ações e os programas prioritários de governo. O objetivo é fazer fluir as informações da gestão, incluindo novos lançamentos e entregas, para qualificar o trabalho das lideranças e da base do governo no Congresso. **Não há a participação de influenciadores nessas reuniões com a Secom**, muito menos a discussão sobre “ataques a críticos e desqualificação da imprensa”.*

[Secretaria de Comunicação da Presidência da República, em nota.](#)

- Entendemos que a atuação da Secom no "gabinete da ousadia" vai contra princípios constitucionais ao usar recursos públicos para atacar adversários políticos e a mídia independente, em vez de servir ao interesse nacional. Isso contraria diretamente o §1º do art. 37 da Constituição Federal, que exige que a publicidade institucional tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social.

- Essa conduta também mostra falta de conformidade com os princípios de impessoalidade e moralidade que devem orientar a administração pública, ferindo os princípios democráticos também protegidos pela [Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão](#) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- Por fim, a participação de assessores da SECOM em rede com essa natureza contraria as próprias competências institucionais do órgão. Conforme o [Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023](#), que aprova a estrutura regimental e o quadro de cargos da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, esta é responsável por coordenar e implementar ações para acesso à informação, **combate à desinformação**, defesa da democracia, **promoção da liberdade de expressão e de imprensa**, e desenvolvimento de políticas para o **pluralismo, diversidade midiática** e jornalismo profissional.
- O Gabinete da Ousadia recebe o [suporte da agência Polo Marketing Digital](#), que presta serviços para o Partido dos Trabalhadores desde 2021, recebendo cerca de 2,8 milhões de reais para produzir conteúdo para o site e redes sociais do partido, conforme apuração do veículo "O Bastidor".
- A agência foi [contratada para trabalhar na campanha de Lula em 2022](#), recebendo o equivalente a 1,2 milhões de reais. Todavia, o valor não foi declarado pela campanha na [prestação de contas realizada ao TSE](#).
- A não declaração de contas de campanha infringe diversos normativos, incluindo a [Lei nº 9.504/1997](#) (Lei das Eleições), que exige e detalha a prestação de contas por candidatos e partidos (Art. 28 e 29); a [Resolução do TSE nº 23.607/2019](#), que regula a arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas; o Código Eleitoral ([Lei nº 4.737/1965](#)), que prevê sanções para omissões ou declarações falsas (Art. 350); e a [Lei Complementar nº 64/1990](#) (Lei de Inelegibilidade), que pode tornar inelegível o candidato com irregularidades na prestação de contas.
- Ainda em relação a essa campanha não declarada, a agência Polo Marketing Digital e o Partido dos Trabalhadores estão sendo processados por dois funcionários ([um analista de redes sociais](#) e [um designer](#)), que moveram processos acusando os réus de fraude trabalhista por meio de pejetização dos contratos de trabalho. Ironicamente, o partido e seu secretário de comunicação apresentam publicamente posição contrária à pretensa pejetização dos trabalhadores, que entendem ser uma forma de precarizar o trabalho.



"Não é justo o trabalhador ser prejudicado em negociações trabalhistas. Não concordo com a "pejotização" d@ trabalhad@r e vou lutar pelos direitos de nossa população. Sou candidato ao Senado, junto com Haddad presidente e Marinho governador – Vote 132. #JilmarTatto #Tatto132"

[Jilmar Tatto, na plataforma X.](#)

- Por fim, ainda durante a campanha presidencial, a agência teria atuado em conjunto com empresa punida pelo TSE, a Embaúba Produções. A [Embaúba Produções recebeu R\\$ 3,1 milhões](#) da campanha do PT para criar uma falsa agência de checagem de fatos, a "verdadenede". A [responsável pela falsa agência de checagem](#), Brunna Rosa Alfaia, é a atual secretária da [secretária de Estratégia e Redes da Presidência da República](#).
- Senadores de oposição se manifestaram criticando veementemente a relativização de atos antidemocráticos promovidos pelo PT. Os senadores destacaram ainda a necessidade de uma postura firme contra qualquer tentativa de minar a democracia, enfatizando que a conivência ou a minimização de tais atos pode abrir precedentes perigosos e enfraquecer a confiança pública nas instituições governamentais.



"O MALABARISMO DA MÍDIA QDO É O PT; Gabinete do ódio vira "gabinete da ousadia". Ditadura vira "democracia relativa". Orçamento secreto vira "emendas de ralador" ou "de comissão". Acabar vira "descontinuar" (programa escola cívico militar)... Parem c/essa hipocrisia! Já deu! Paz & Bem".

[Senador Eduardo Girão, na plataforma X.](#)

"Será que a PF pediu a prorrogação dos inquéritos de fake news e milícias digitais para investigar e esse gabinete da ousadia? Será? Comentem".

[Senadora Damares Alves, na plataforma X.](#)



"O 'Exército do zap' do Lula vai entrar no inquérito das milícias digitais?"

[Senador Izalci Lucas, na plataforma X.](#)

Lula sai em defesa de ministro acusado pela PF de desviar verbas públicas e constrange aliados

Juscelino Filho (Comunicações) é suspeito de envolvimento em um possível esquema de desvio de emendas parlamentares via Codevasf; ao relativizar acusações, Lula minimiza graves evidências de corrupção e associação criminosa apresentadas pela Polícia Federal

Análise

- O apoio público do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro das Comunicações, Juscelino Filho, diante das acusações da Polícia Federal envolvendo um esquema de desvio de recursos de emendas parlamentares, via Codevasf, levanta novas discussões sobre os critérios éticos e a responsabilidade política no atual governo.
- A defesa pública de Juscelino por Lula, invocando o direito à presunção de inocência, constrange o Planalto, haja vista as inúmeras evidências de corrupção e associação criminosa apresentadas pela Polícia Federal contra o ministro.



"Eu acho que o fato do cara ser indiciado não significa que o cara cometeu um erro. Significa que alguém está acusando, e que a acusação foi aceita. Agora, eu preciso que as pessoas provem que são inocentes e ele tem o direito de provar que é inocente. Eu não conversei com ele ainda, eu vou conversar hoje e vou tomar uma decisão sobre esse assunto".

[Lula, presidente da República](#), registro do veículo "CNN".

- Em sua fala, Lula minora a gravidade do indiciamento, sugerindo que é apenas uma acusação a ser investigada. Essa desvalorização da ética na conduta pública é reforçada pelo adiamento de sua decisão sobre o caso.

"Quando eu voltar ao Brasil, depois de participar da Cúpula do G7, vou sentar e descobrir o que aconteceu de verdade".

[Lula, presidente da República](#), registro do veículo "Uol".

- Nesse contexto, o presidente falha em cumprir outra promessa pública, em evidente contradição de discurso. Durante a primeira reunião ministerial de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva reiterou seu compromisso com a transparência e a luta contra a corrupção, assegurando que qualquer ministro envolvido em práticas irregulares seria imediatamente afastado e alvo de investigação.

"Quem fizer errado, sabe que tem só um jeito. A pessoa será simplesmente, da forma mais educada possível, convidada a deixar o governo e, se cometeu algo grave, a pessoa terá que se colocar diante das investigações e da própria Justiça".

[Lula, presidente da República](#), registro do veículo "Correio Brasiliense".

"Esse ministro do desgoverno tem sido alvo de inúmeras polêmicas e denúncias. Será essa a última?"

[Senador Jorge Seif Junior, na plataforma X.](#)



Ex-secretário de Política Agrícola reconhece que compra bilionária de arroz era desnecessária e que foi pressionado a realizar leilão

Governo se viu obrigado a anular certame para a compra de 263 mil toneladas de arroz após suspeitas sobre a real capacidade das empresas vencedoras e denúncias de possível corrupção; CGU investiga o caso

A recente demissão do secretário de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, Neri Geller, [trouxe à tona](#) uma crise profunda e complexa no governo, destacando a desorganização e falta de transparência que permeiam as decisões estratégicas no setor agropecuário. O episódio, centrado em um leilão controverso para a compra de 263 mil toneladas de arroz importado, anulado devido a suspeitas de irregularidades, levanta sérias questões sobre a condução das políticas agrícolas no Brasil e a interferência governamental.



Neri Geller revelou ter sido pressionado pelo governo para organizar o leilão, que posteriormente foi anulado pela própria administração por não seguir as condições técnicas adequadas. Em uma entrevista, Geller se defendeu, alegando estar sendo usado como "bode expiatório" para encobrir o fracasso do leilão, que beneficiou apenas algumas empresas, incluindo uma associada a seu filho. **Ele apontou que a decisão sobre a quantidade de arroz a ser comprada foi tomada pela Casa Civil e pelo Ministério da Agricultura, sem o devido respeito às diretrizes técnicas.**

Também após o episódio, o diretor executivo de Operações e Abastecimento da Conab, Thiago José dos Santos, [entrou](#) em licença remunerada até a sexta-feira, 21, conforme agenda publicada no site da companhia.

A Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) [corroborou](#) as críticas de Geller, descrevendo o recuo do governo como um "reconhecimento de um grande erro". Segundo Alexandre Velho, presidente da entidade, não havia necessidade técnica para a compra do grão importado, já que a produção nacional seria suficiente para atender a demanda, mesmo com as perdas causadas pelas enchentes.

Ele destaca que, no início deste ano, houve um aumento na produção e na área plantada, o que ajudou a compensar as perdas devido à quebra de safra no Rio Grande do Sul em 2023/24. Estima-se que 85% da safra foi colhida antes dos eventos climáticos adversos, resultando em uma perda de apenas 15% da produção.

Além disso, de acordo com o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), a colheita da safra 2023/24 deve alcançar 7,14 milhões de toneladas, apesar das perdas causadas pelas inundações de maio. "Esse número é bastante próximo ao registrado na safra anterior, de 7,23 milhões de toneladas", informou o Irga no final de maio.

A insistência do governo em importar arroz é vista como uma tentativa mal planejada e desnecessária, que compromete a autossuficiência do Brasil, ao desincentivar o setor.

Em uma tentativa de salvar a situação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva [solicitou](#) agilidade na elaboração de um novo edital para a importação de arroz, o que é uma insistência em uma estratégia já desacreditada pelos especialistas do setor.

Adicionalmente, a Controladoria-Geral da União (CGU) [abriu](#) uma investigação sobre as possíveis irregularidades no leilão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esta investigação é crucial para esclarecer as falhas processuais e assegurar que a administração pública opere com transparência e responsabilidade.

O governo enfrenta uma crise multifacetada que não se limita à simples importação de arroz. Este episódio reflete problemas mais amplos de governança, transparência e eficiência na administração pública. A insistência em estratégias falhas e a pressão sobre servidores públicos para cumprir agendas políticas sem respaldo técnico são indicativos de uma gestão desorganizada e potencialmente prejudicial para o setor agrícola e a economia nacional.

Levantamento da Conab reafirma que país tem arroz para abastecer o mercado interno

A Conab, em seu [9º Boletim com o levantamento da safra de grãos 2023/24](#), reafirmou a autossuficiência da produção deste ano, com incremento de 4,3% da produção em relação à safra passada (figura 1).

Figura 1. Resultado da safra 2023/24 de arroz e, comparativo com a safra anterior:



Fonte: Conab.

De acordo com a Conab, mesmo com as adversidades climáticas registradas no Rio Grande do Sul e redução em relação ao potencial produtivo esperado, principalmente pelas perdas registradas na rizicultura gaúcha, houve aumento na área plantada em comparação ao total semeado na temporada anterior. Houve incremento tanto no arroz irrigado quanto no sequeiro. Porém, o rendimento médio ficou comprometido por conta dos danos às lavouras sul-rio-grandenses:

“Contudo, 42,1 mil hectares desses não colhidos é que estavam em condições de alagamento/inundação, representando 4,7% da área total cultivada com a cultura no estado. Ainda assim, nem todas dessas lavouras não colhidas e alagadas deixaram de ser colhidas. É evidente que a maioria apresentou perdas integrais e não tiveram nenhuma hipótese de aproveitamento de produção, entretanto algumas dessas áreas ainda conseguiram obter colheita.”

[9º Levantamento da safra de grãos 2023/24 da Conab.](#)

Na tabela abaixo (figura 2), **observa-se a perda de apenas 100 mil toneladas em relação ao levantamento publicado em maio, antes das enchentes. Também é possível observar a garantia do suprimento doméstico, com estimativa de incremento de 22% no estoque brasileiro ao final do ano (2,18 milhões de toneladas).** Certamente, esta estimativa somente se tornará realidade se o governo passar a compreender que não se pode intervir no mercado doméstico, competindo com marca própria e preço muito abaixo do preço de mercado operado pelo setor privado. Isto somente levará a produção nacional à ruína.

Figura 2. Balanço da oferta e demanda, arroz em casca, em mil toneladas:

| SAFRA | ESTOQUE INICIAL | PRODUÇÃO | IMPORTAÇÃO | SUPRIMENTO | CONSUMO | EXPORTAÇÃO | ESTOQUE FINAL |
|---------|-----------------|----------|------------|------------|----------|------------|---------------|
| 2017/18 | 2.121,9 | 12.064,2 | 842,7 | 15.028,8 | 10.793,7 | 1.809,3 | 2.425,8 |
| 2018/19 | 2.425,8 | 10.483,6 | 1.012,5 | 13.921,9 | 10.544,6 | 1.432,3 | 1.945,0 |
| 2019/20 | 1.945,0 | 11.183,4 | 1.280,8 | 14.409,2 | 10.708,3 | 1.813,4 | 1.887,5 |
| 2020/21 | 1.887,5 | 11.766,4 | 1.004,1 | 14.658,0 | 10.832,4 | 1.143,5 | 2.682,1 |
| 2021/22 | 2.682,1 | 10.780,5 | 1.212,3 | 14.674,9 | 9.996,6 | 2.111,3 | 2.567,0 |
| 2022/23 | 2.567,0 | 10.031,8 | 1.442,5 | 14.041,3 | 10.500,0 | 1.753,9 | 1.787,4 |
| 2023/24 | mai/24 | 1.787,4 | 10.495,1 | 2.200,0 | 14.482,5 | 11.000,0 | 2.282,5 |
| | jun/24 | 1.787,4 | 10.395,7 | 2.200,0 | 14.383,1 | 11.000,0 | 2.183,1 |

Fonte: Conab.

Fávaro culpa a iniciativa privada pelo fiasco do governo

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tentou defender a posição do governo, [acusando](#) a iniciativa privada de agir ideologicamente e de não colaborar com o abastecimento do grão, enquanto no governo anterior houve importações significativas para garantir o abastecimento interno.

“Se o governo facilitou essa importação tirando imposto, não seria mais fácil e mais equilibrado a própria indústria importar um pouco mais? Para acelerar o processo, manter o bom abastecimento e garantir a estabilidade? Fizeram isso no governo passado, e a pergunta que fica é: por que não fizeram agora? Por que não querem colaborar ou querem se aproveitar da tragédia de brasileiros gaúchos para ganhar um lucro exorbitante?”, indagou Fávaro.

A ex-ministra da Agricultura, senadora Tereza Cristina (PP-MS), criticou a afirmação do ministro Carlos Fávaro como "não verdadeira". Ela explicou que o setor privado não quer importar arroz a R\$ 5 para vender a R\$ 4 no supermercado com rótulo do governo. Também destacou que a intervenção do governo através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi a

causa da desistência das importações pelo setor privado. Segundo ela, a crise atual foi desnecessariamente criada pelo próprio governo.

Indícios de propina milionária

O jornalista da GloboNews, Octavio Guedes, [afirmou](#) no programa Estúdio i, no dia 11 de junho, que ouviu de fontes um suposto esquema de propina montado. O esquema consistia em pagamento de US\$ 15,00 por tonelada importada a agentes do governo, somando um total de quase 4 milhões de dólares.

"O leilão não foi concretizado, não significa que não houve crime. Então, tem que ser investigado, botar a Polícia Federal nisso", diz Octavio Guedes.

Análise na íntegra da cultura do arroz no Rio Grande do Sul do 9º Levantamento da Conab

"Mesmo com as adversidades climáticas registradas no Rio Grande do Sul, houve avanço na colheita total do arroz no último mês, chegando às fases finais da safra com redução significativa em relação ao potencial produtivo esperado, principalmente pelas perdas registradas na rizicultura gaúcha.

De maneira geral, houve aumento na área plantada em comparação ao total semeado na temporada anterior, sendo um incremento tanto no arroz irrigado quanto no sequeiro, algo motivado ainda à época da semeadura pela expectativa de bons preços praticados no mercado do cereal. Porém, o rendimento médio deverá ficar comprometido por conta dos danos às lavouras sul-rio-grandenses.

Rio Grande do Sul: *a colheita do arroz se encaminha para a conclusão, com 97% da área total colhida até o fim de maio, mesmo em meio às adversidades para concluir as operações.*

De maneira geral, a safra foi impactada com fatores variados como: atraso na semeadura em algumas localidades, baixa radiação solar em parte do ciclo e, principalmente, as fortes chuvas ocorridas no último mês, que provocaram perdas significativas sobre a cultura. Aliás, essas perdas provocadas pelas chuvas e suas consequências poderiam ser ainda maiores se já não houvesse um grande percentual de área colhida no momento das intempéries.

Nas últimas semanas, os técnicos regionais da Conab realizaram um estudo para projeção dos impactos dessas chuvas nas áreas de arroz. O mapeamento obtido com informações georreferenciadas estimou que 151 mil hectares tinham cultivo de arroz e que não haviam sido colhidos à época (área total plantada no estado foi de 900,6 mil hectares).

Contudo, 42,1 mil hectares desses não colhidos é que estavam em condições de alagamento/inundação, representando 4,7% da área total cultivada com a cultura no estado. Ainda assim, nem todas dessas lavouras não colhidas e alagadas deixaram de ser colhidas. É evidente que a maioria apresentou perdas integrais e não tiveram nenhuma hipótese de aproveitamento de produção, entretanto algumas dessas áreas ainda conseguiram obter colheita, embora com perdas substanciais em termos qualitativos e quantitativos.

Analizando detalhadamente as condições nas principais regiões rizicultoras do estado, as localidades da Fronteira Oeste, Campanha e Sul são as mais representativas para a rizicultura gaúcha e ali as operações de colheita estão, atualmente, em fase de conclusão, voltando a avançar após os níveis das águas diminuírem e permitirem a entrada de máquinas nas lavouras.

Já as regiões próximas da Lagoa dos Patos, região Litorânea e a região Central, que foram as áreas mais afetadas pelas enchentes, possuem menor representatividade no volume total produzido pelo estado. Ali, as operações de colheita estão mais atrasadas, por conta da dificuldade na drenagem das áreas afetadas.

Os produtores aproveitaram os poucos dias de sol para tentar colher as lavouras em áreas de várzea e alagadas. Quando conseguiram, os grãos colhidos foram de baixa qualidade e com péssimas produtividades. Muitas lavouras em áreas baixas, nas encostas e beiras de rios, não serão colhidas, sendo consideradas pelos produtores como perda total.

Além das perdas por alagamento, o excesso de umidade do solo e dos grãos atrasou a colheita e gerou perdas tanto quantitativas quanto qualitativas, por grãos germinados e por plantas acamadas. Na região Central, onde a colheita estava mais atrasada no final de abril, foi onde se observou as maiores perdas. Várias lavouras chegaram a ficar 20 dias totalmente submersas.

Também na Depressão Central, há registros de áreas que não conseguirão ser colhidas por conta das perdas ocasionadas pelas cheias de rios importantes da região, como os rios Jacuí, Soturno e Portela.

Na região Sul, a colheita está praticamente finalizada, e a estimativa não é de uma redução tão grande na produção total. Os últimos grãos estão sendo colhidos com umidade de até 40%, aumentando a importância de possuir secador para reduzir a perda de qualidade.

Na Planície Costeira Interna quase 90% da área foi colhida. Somente a parte norte, na região do Vale do Rio Taquari e no município de Eldorado do Sul, foi afetada mais significativamente pelas águas. A estimativa é que a produção na região vai ficar próxima da safra anterior, pois houve aumento de área considerável.

Na Fronteira Oeste, 95% da área está colhida. A produtividade é inferior à safra passada devido ao atraso na semeadura e falta de luminosidade do que propriamente por alagamentos provocados pelos rios Ibirapuitã, Ibicuí e Uruguai.”

Fonte: Acompanhamento da Safra de Grãos: [9º Levantamento - Safra 2023/24](#), págs. 37 a 40, Conab.



Com exigências arbitrárias, Ibama dificulta desembargo de áreas rurais e penaliza produtores

Nova Instrução Normativa representa retrocesso na gestão ambiental e no equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico; Congresso tem o dever de coibir abusos e garantir direitos dos produtores rurais

A nova [Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 2024](#), dificulta ainda mais o desembargo de áreas rurais. Historicamente, o embargo é uma sanção administrativa que visa recuperar áreas desmatadas ilegalmente. Recentemente, o embargo tornou-se cada vez mais ferramenta ideológica sob falsa premissa de assegurar a regularidade da produção agropecuária, mas que está trazendo ainda maiores consequências comerciais e políticas para o Brasil.



Críticas à IN 8/2024

- **Crítérios Ambíguos e Abusivos:** A nova Instrução Normativa do IBAMA impõe que os proprietários rurais comprovem a regularidade ambiental de toda a propriedade, não apenas da área embargada. Isso vai além da legislação existente, gerando incertezas e possibilitando abusos administrativos. A exigência de documentação para a regularização é vaga, abrindo margem para interpretações subjetivas por parte das autoridades do IBAMA.
- **Usurpação de Competências:** O IBAMA frequentemente ignora licenças e decisões emitidas por órgãos estaduais competentes, como as Secretarias de Estado do Meio Ambiente. Essa prática viola a competência legalmente estabelecida pela Lei Complementar nº 140/2011, criando conflitos e dificultando a resolução de embargos por meios administrativos.
- **Inviabilização do Desembargo:** A exigência de regularização completa do imóvel antes do desembargo é impraticável e extremamente onerosa. Essa medida resulta em processos prolongados e custosos, que podem inviabilizar a atividade econômica dos produtores rurais. A instrução normativa permite que o IBAMA indefira pedidos de desembargo baseados em critérios arbitrários e desproporcionais, desconsiderando a realidade variada dos licenciamentos ambientais em diferentes estados.
- **Impacto Político e Comercial:** O uso do embargo como ferramenta política e comercial é evidente. A medida coloca em risco negociações comerciais e o acesso ao crédito rural, impactando negativamente o setor agropecuário. Além disso, a prática de embargos remotos demonstra a intenção de utilizar a sanção para pressionar politicamente os produtores rurais, em vez de focar na recuperação ambiental específica.

Conclusão

A nova Instrução Normativa do IBAMA representa um retrocesso na gestão ambiental e no equilíbrio necessário entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. As medidas impostas são desproporcionais, abusivas e carecem de clareza, colocando em risco a sustentabilidade do agronegócio brasileiro. É essencial que o Congresso Nacional busque medidas para garantir os direitos dos produtores rurais e proteger suas atividades produtivas contra as práticas arbitrárias do IBAMA.



MEIO AMBIENTE

Número de queimadas no Brasil atinge maior nível em 20 anos; período de estiagem de 2024 ainda nem começou

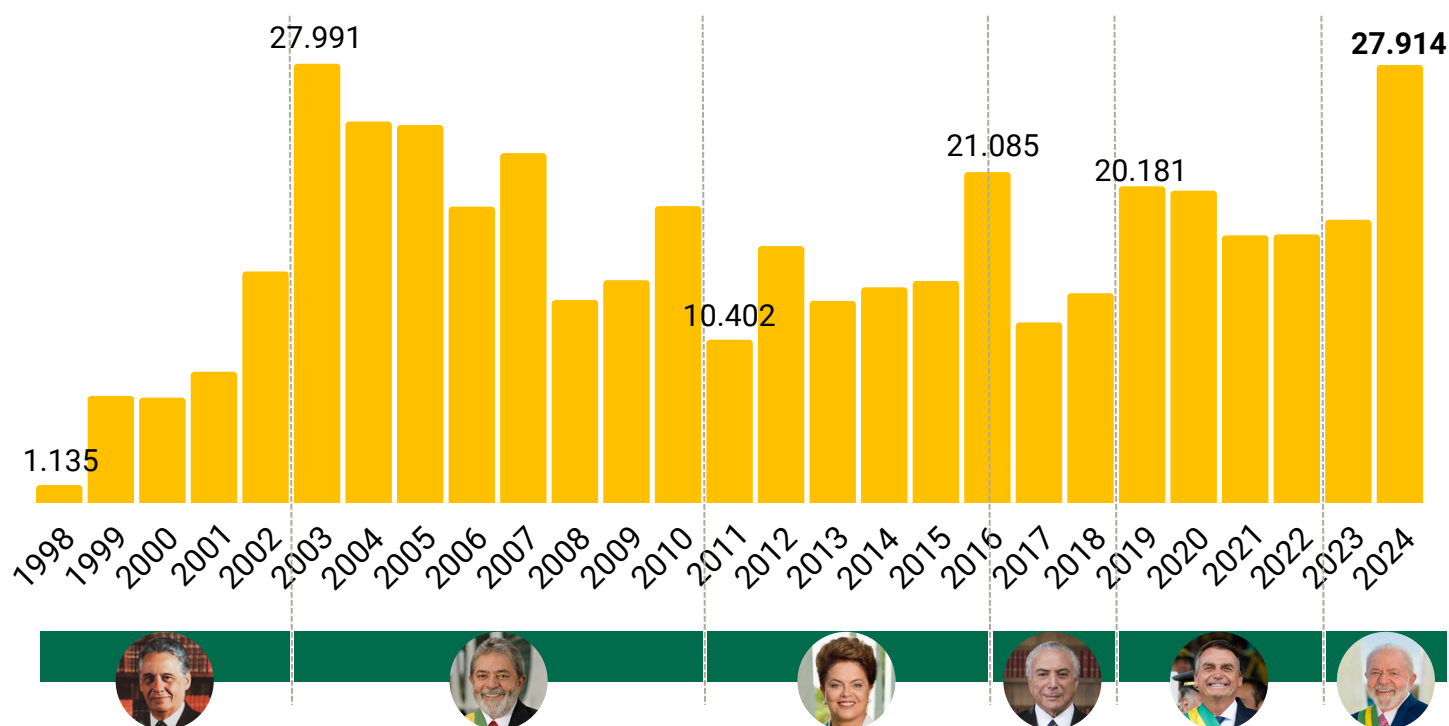
Focos de incêndio na Amazônia cresceram 92% nos primeiros cinco meses do ano em relação ao mesmo período de 2023; no Cerrado, alta foi de 31%

O crescimento alarmante das queimadas em todo o Brasil representa mais um episódio de descaso com o meio ambiente do governo Lula, que, diferentemente das promessas de campanha, está longe de priorizar o tema.

O gráfico abaixo representa o número de focos de queimadas no país, de janeiro a maio de cada ano. Observa-se que o valor atingido até o momento só foi alcançado no primeiro mandato de Lula, em 2003. Há 21 anos atrás.



Gráfico 1. Série histórica dos números de focos de queimadas no Brasil, comparativo de janeiro a maio:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

Os biomas da Amazônia e Cerrado, juntos, representaram 78% dos focos de queimadas no ano. Outro valor que chama a atenção foi o crescimento de 1.227% nos focos de queimadas do bioma pantanal no acumulado de 2024, quando comparado com mesmo período do ano anterior. Enquanto na Amazônia cresceu 92% e no Cerrado 31% no mesmo período analisado. **Ao todo, neste ano cresceram em 55% os focos de queimadas no país** (Tabela 1).

Tabela 1. Focos de queimadas por bioma, por ano, de janeiro a maio:

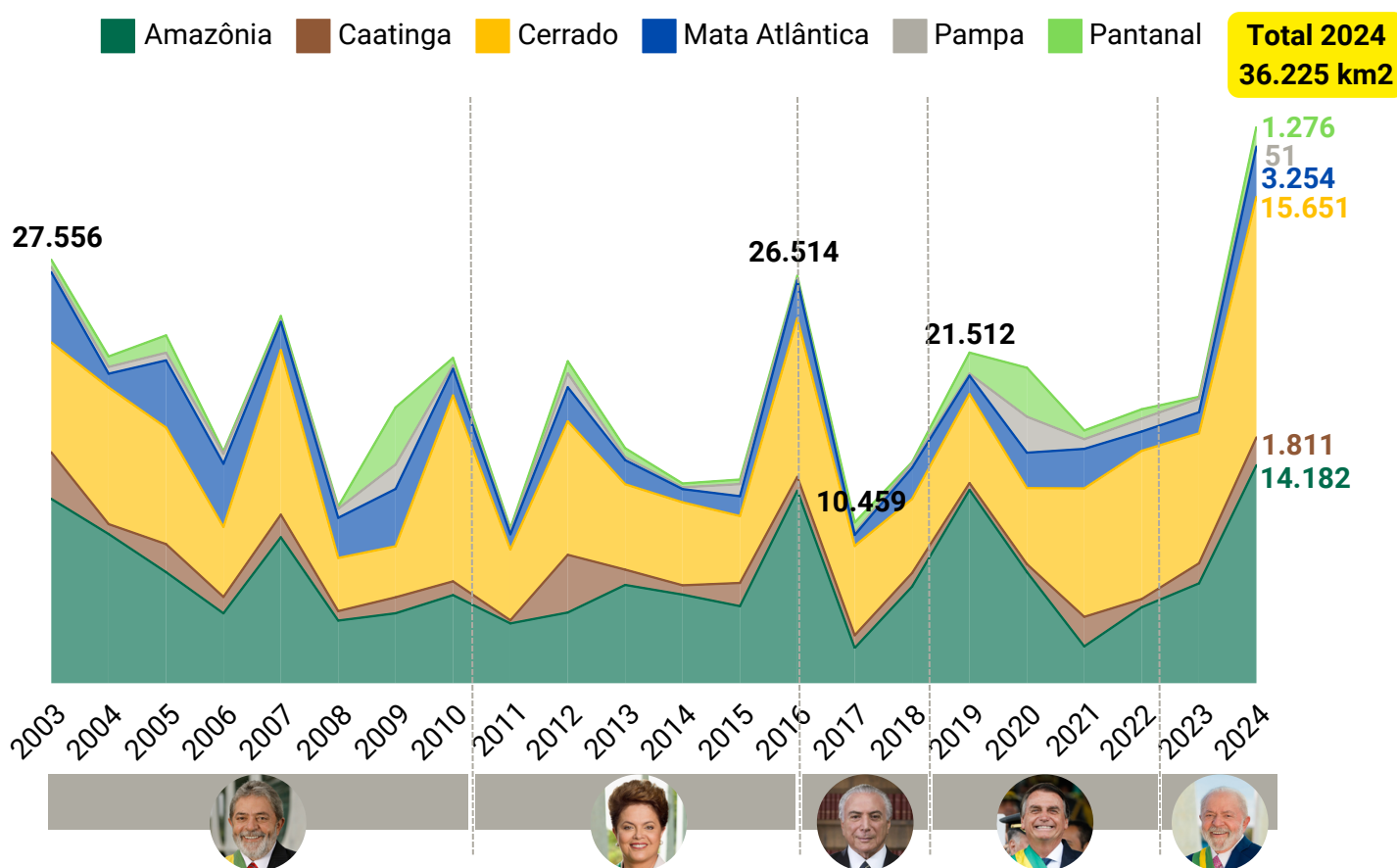
| | 2022 | 2023 | 2024 | Var. (2023-2024) |
|----------------|---------------|---------------|---------------|------------------|
| Amazônia | 5.582 | 6.039 | 11.640 | 92,75% |
| Caatinga | 636 | 1.264 | 1.354 | 7,12% |
| Cerrado | 7.942 | 7.720 | 10.121 | 31,10% |
| Mata Atlântica | 2.124 | 2.494 | 3.057 | 22,57% |
| Pampa | 366 | 397 | 110 | -72,29% |
| Pantanal | 465 | 133 | 1.632 | 1.127,07% |
| TOTAL | 17.115 | 18.047 | 27.914 | 54,67% |

Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

Ao analisar o alcance do fogo no período de janeiro a maio de cada ano, **observa-se aumento de 94% da área queimada em 2024**, quando comparado com mesmo período de 2023 (Gráfico 2), resultando num total de 36.225 quilômetros quadrados.

Com crescimento expressivo de 963%, lidera o Pantanal, seguido do Cerrado (+138%) e da Amazônia (+118%). Importante reiterar que a Amazônia representa quase 50% de todo o território nacional, seguido do Cerrado, com praticamente 25% de participação.

Gráfico 2. Área queimada (km²) por bioma por ano, de janeiro a maio:



Fonte: Observatório da Oposição, com dados do INPE.

O descaso fica ainda mais evidente quando se analisa os valores orçamentários - empenhados e executados - para os programas de monitoramento, prevenção, fiscalização e combate às queimadas (Figuras 1, 2 e 3).

Já era de notório conhecimento do próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA) o agravamento da situação climática neste ano devido ao intenso El Niño, que traz consigo secas longas, especialmente no bioma amazônico.

Mesmo assim, o governo optou por empenhar valores modestos até o momento, demonstrando sua total falta de planejamento para conter as consequências climáticas previstas.

A situação ficará ainda mais grave, isso porque o período de julho a outubro é tradicionalmente responsável pelos números mais altos de queimadas do ano. Para piorar, está por chegar o fenômeno La Niña, que pode resultar em secas prolongadas e invernos mais intensos em certas regiões.

Figura 1. 214P Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.



Figura 2. 214M Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias.



Figura 3. 20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE).



Fonte: Siga Brasil.

Notoriamente, será remanejado orçamento para as finalidades acima ao longo do ano. Contudo, **difficilmente o governo conseguirá reverter o quadro de campeão das queimadas, tendo em vista a negligência até o momento e falta de planejamento prévio para mitigar o problema iminente.**

O governo deveria ter trabalhado em um plano nacional de combate ao fogo com orçamento, pessoas e equipamentos fixos, exercendo atividades que não fiquem apenas na mão de grupos voluntários. Contudo, está claro que não é interesse do governo investir nesta pauta.



“Absurdo sem precedentes! O Pantanal registrou um aumento de mais de 1000% nos incêndios da região, uma das piores secas do bioma e uma escassez hídrica que ameaça os diversos usos da água. E ainda não estamos no período de ocorrência de incêndios. O bioma é um dos mais ricos e essa crise ambiental pode afetar a biodiversidade, a vida e o sustento de quem depende desses recursos naturais. Pergunto: o que o governo atual está fazendo para mitigar e gerenciar os riscos, já conhecidos, que abalam o bioma do Pantanal? Em 2020, durante a minha gestão no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, instituímos a Rede Pantanal de Pesquisa utilizando a ciência e a tecnologia para entender a dinâmica dos incêndios, a fim de desenvolver estratégias eficazes, para prevenir e mitigar esses desastres ambientais na região. Criamos um sistema de prevenção, baseado na probabilidade de incêndio e na produção de materiais educativos sobre o uso do fogo como ferramenta de manejo e conservação e um sistema de alerta de queimadas, em tempo real. Mas não deram seguimento. A Rede Pantanal de Pesquisa, do MCTI, tem sido negligenciada pelo Governo atual e está, praticamente, sem atenção. Essa falta de apoio compromete o trabalho essencial dos pesquisadores, possibilitando a repetição dessas tragédias. Essa negligência do governo Lula coloca em risco não só o meio ambiente, mas também a vida de inúmeras pessoas e espécies que habitam o Pantanal.” [Sen. Marcos Pontes \(PL-SP\), no X.](#)